

Ethos Presidencial de Autoridade: Análise da Modalidade Deôntica nos Discursos de Tomada de Posse do Estado Novo

Micaela Aguiar

Doutoranda em Ciências da Linguagem

Universidade do Minho

maguiar60@gmail.com

Abstract: Under the scope of Discourse Analysis, this article analyses the construction of an authority presidential *ethos* (Amossy, 2010; Maingueneau, 1999) of the President of the Republic in 6 presidential inaugural addresses given during the Estado Novo. This study uses a qualitative approach to focus on the deontic modality (linguistic categories, obligation source, target and object) and its analysis falls into two headings: a) the President's duties and b) the People's duties. We have concluded that distinct and multiple images of authority (that serve Estado Novo's political and ideological agenda) are built of and/or by the President.

Keywords: *ethos*, political discourse, inaugural address, deontic modality, Estado Novo

Palavras-chave: *ethos*, discurso político, discurso de tomada de posse, modalidade deôntica, Estado Novo

1. Introdução

O presente trabalho¹ tem como objeto de estudo os discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1974).

Partindo do conceito de *ethos* ou imagem de si, tal como é teorizado atualmente no quadro da Análise do Discurso, por investigadores como Amossy (1999, 2010), Maingueneau (1999), entre outros, o nosso trabalho parte da hipótese de que, na construção dos diferentes *ethe* presidenciais, existe a elaboração de uma imagem de autoridade, dado que, embora os poderes e as funções

¹ Este trabalho enquadra-se no projeto de dissertação doutoral, intitulado “Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse nos cem anos da República portuguesa”, o qual procurará analisar os mecanismos linguístico-discursivos ao serviço de uma determinada imagem ou *ethos* presidencial e a organização global dos discursos de tomada de posse presidenciais, enquanto género discursivo. O nosso trabalho de dissertação doutoral encontra-se inserido num projeto de investigação mais amplo, intitulado “O discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais”, de que é investigadora principal a professora Maria Aldina Marques.



presidenciais tenham sofrido alterações no curso dos cem anos da República Portuguesa, o estatuto institucional do Presidente da República enquanto representante e líder da nação portuguesa permanece imutável.

Colocando como hipótese a existência de uma imagem presidencial de autoridade nos discursos de tomada de posse, traçamos como objetivo principal deste trabalho a análise da modalidade deôntica ao serviço da construção desta imagem.

Para tal iremos,

- 1) Analisar e classificar as categorias linguísticas presentes na construção da modalidade deôntica;
- 2) Definir os elementos fundamentais da relação deôntica, partindo dos conceitos propostos por Campos (1997) alvo de obrigação e fonte de obrigação, ao qual acrescentamos o objeto de obrigação;
- 3) Verificar como a modalidade deôntica contribui para elaboração de uma imagem presidencial de autoridade, que se poderá ou não desdobrar em diferentes imagens, tendo em conta a gradatividade dos valores deônticos;
- 4) Contextualizar estas imagens no quadro social, político e ideológico do Estado Novo, uma vez que, considerando os discursos como práticas verbais sociais, o enquadramento histórico é modelador da construção de imagens.

2. Os discursos de tomada de posse

Os discursos presidenciais de tomada de posse são discursos públicos e institucionais, proferidos no contexto da cerimónia solene de investidura, que assinalam o início de um novo mandato e, como tal, constituem um marco político.

Em termos gerais e segundo Houessou (2013:2), o ato de tomada de posse “confère à un individu ou à une institution (à un groupe d’individus) un pouvoir, un droit, une fonction”. Tal indivíduo constitui-se com um porta-voz e um representante, não só da comunidade que o elegeu, mas e ainda nas palavras de Houessou (2013 :19), de uma “conception collective de ce qui doit constituer l’idéal social envisagé par tous” e “d’un système politique”.



É investido desta legitimidade representativa de carácter duplo que o Presidente da República se dirige à Assembleia, onde tem lugar a cerimónia, aos deputados e representantes políticos presentes, mas, sobretudo, ao País e aos portugueses e constrói de si no discurso de tomada de posse (e em qualquer intervenção presidencial) um complexo de imagens distintas que emergem tanto do próprio género discursivo, onde se encontra prevista necessariamente uma imagem do locutor, como das funções e do estatuto institucional de Presidente que, sendo historicamente mutáveis, são importantes definir.

2.1. Os discursos presidenciais de tomada de posse no Estado Novo – Condições históricas

O regime ditatorial autoproclamado de Estado Novo (1926-1974)² foi instaurado em Portugal na sequência das revoltas militares de 28 de maio de 1926 que puseram fim à instabilidade política da Primeira República (1911-1926). Os mais de 40 anos de governo fazem do Estado Novo um dos mais longos regimes ditatoriais do século XX, na Europa Ocidental e um período marcante da história portuguesa.

Embora o regime do Estado Novo não se pretendesse ditatorial, tal como afirma Braga da Cruz (1982:784), “na prática acabaria por se tornar uma ditadura autoritária, ao esvaziar de conteúdo o que consagrou na forma de sistema de governo”. Com efeito e nas palavras do investigador, a Constituição de 1933 previa um sistema de governo definido como “presidencialismo bicéfalo”, ou seja, os principais poderes do Estado encontravam-se distribuídos pelo Presidente da República e pelo Presidente do Conselho de Ministros. E, de facto, na Constituição de 1933, são atribuídos ao Presidente da República poderes de larga importância política, entre os quais a nomeação e demissão do Presidente do Conselho e a dissolução da Assembleia.

Contudo e como o investigador observa (1988), a organização dos poderes no Estado Novo permitia a existência de um Presidente da República forte e de um Presidente de Conselho de Ministros fraco ou de um Presidente de Conselho de Ministros forte e de um Presidente da

² Consideraremos, tal como Rosas (2013:13), que o período do Estado Novo engloba “48 anos de ponta a ponta (1926-1974), metendo nesse transcurso a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo que dela saiu (1933-1968) e a ponta final do marcelismo [...] (1968-1974) ”.



República fraco, mas nunca a coexistência de uma governação forte por parte de ambos. Deste modo, o regime inicialmente concebido como “*presidencialismo bicéfalo*” transforma-se gradualmente num “*presidencialismo do Presidente do Conselho*” e tal mudança passou, segundo Braga da Cruz (1982:784), pelo “esvaziamento dos poderes da Assembleia Nacional”, pela “pessoalização da ação e da estrutura governativa” e “pela subalternização do chefe de Estado ao presidente do Conselho de Ministros”.

Neste enquadramento político, os discursos do Presidente da República serviam, não tanto como um exercício ou uma demonstração de autoridade, mas sobretudo como mais uma prática daquilo que Rosas (2001: 1037) denomina de o “aparelho de propaganda e inculcação ideológica do regime”.

3. Enquadramento teórico e metodológico

O conceito de imagem de si ou *ethos*, tal como é desenvolvido atualmente pelo quadro teórico da Análise do Discurso por investigadores como Amossy (1999), Maingueneau (2002), Charaudeau (2005) entre outros, decorre da retórica aristotélica e da microssociologia goffmaniana e pode ser definido como a imagem que é construída do locutor, quer na sua dimensão discursiva (*ethos discursivo*), isto é, a imagem que o locutor constrói conscientemente ou não de si no discurso, quer na sua dimensão pré-discursiva (*ethos pré-discursivo ou prévio*), ou seja, a imagem que preexiste do locutor – a sua imagem pública – que pode ser evocada e reelaborada no discurso.

A construção do *ethos*, enquanto dimensão constituinte do discurso (Amossy, 2010), liga-se ao conceito de género. Com efeito, os diferentes géneros de discurso estabelecem previamente, como afirma Maingueneau (2002:2), os papéis que determinam, pelo menos, parcialmente o *ethos* do locutor e, como tal, análise da construção do *ethos* tem necessariamente de considerar o género discursivo.

Na construção do *ethos* presidencial, são, pois, segundo Marques (2014:298), duas as dimensões essenciais a serem consideradas: o género discursivo, uma vez que “nele está prevista uma imagem do locutor” e o estatuto social e institucional do locutor. Com efeito, a construção de uma imagem de autoridade nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo é,



tendo em conta a função e o estatuto institucional do Presidente da República enquanto representante máximo da Nação, uma expectativa prevista neste género discursivo.

Esta imagem presidencial de autoridade só pode ser delimitada do complexo de imagens distintas que o conceito de autoridade evoca (que compreende desde imagens de tirania a imagens de supervisão e conselho) através da análise dos mecanismos discursivos que contribuem para a sua construção e evidenciam as especificidades da imagem de autoridade que os Presidentes do Estado Novo constroem de si nos seus discursos de tomada de posse. Para a análise desta imagem de autoridade, centrámo-nos, embora haja outros mecanismos que contribuem para a construção deste *ethos*, na modalidade deôntica, uma vez que convoca um universo de deveres e obrigações, que podem ser hétero ou autoatribuídos.

Sabe-se que a modalidade é um conceito explorado em diversas e distintas perspetivas teóricas, mas, que, na sua essência, diz respeito às diferentes atitudes que o locutor adota no discurso. Da mesma forma, investigadores de correntes teóricas distintas, como Neves (1997), Macário Lopes e Garça Rio-Torto (2007) e Oliveira (2013), apontam que a modalidade deôntica se liga a valores de obrigação e de permissão.

Revisitando as diferentes abordagens linguísticas ao conceito de modalidade, Carreira (2004: 692) aponta duas questões que melhor caracterizam a modalidade deôntica: a orientação para a concretização de um ato e a necessidade ou possibilidade, observada por Lyons (1980:457), de estes atos serem realizados por agentes moralmente responsáveis.

Esta questão fundamental dos sujeitos e da sua responsabilidade é também referida por Campos (1997: 159), na medida em que a investigadora defende que a construção da modalidade deôntica implica uma “relação intersujeitos”, ou seja, existe um sujeito que é fonte e um sujeito que é alvo de obrigação. Ainda de acordo com Campos, é o locutor que se assume, em geral, como fonte de obrigação, enquanto o alvo de obrigação se identifica normalmente com o interlocutor. Esta é, na verdade, apenas a distribuição mais prototípica das funções deônticas, pois, como veremos na nossa análise, o locutor pode simultaneamente ser fonte e alvo de obrigação, identificando-se com o último e mascarando o primeiro, através da evocação de outros elementos para desempenharem esta função de fonte de obrigação ou pela sua inserção numa entidade coletiva que é identificada como alvo de obrigação.



Partindo destes pressupostos teóricos, consideraremos a modalidade deôntica como uma modalidade orientada para a concretização de um ato³, que implica uma relação entre sujeitos, um que é fonte e outro que é alvo da obrigação, que são construídos e definidos no discurso e que, como tal, modelam a construção de imagens.

O *corpus* de análise é constituído pelos 6 discursos presidenciais de tomada de posse proferidos no período do Estado Novo⁴, abrangendo, assim, os discursos dos três presidentes da ditadura portuguesa. Metodologicamente, procedemos a uma recolha de estruturas de modalidade deôntica, cujas ocorrências foram, posteriormente, sujeitas a uma análise qualitativa, que necessariamente considerou o contexto histórico-político particular destes discursos.

Presidente da República	Ano	Mandato
Óscar Carmona	1942	3º mandato
Óscar Carmona	1949	4º mandato
Craveiro Lopes	1951	1º mandato
Américo Tomás	1958	1º mandato
Américo Tomás	1965	2º mandato
Américo Tomás	1972	3º mandato

Tabela 1: Corpus

Uma análise preliminar permitiu-nos propor a organização deste trabalho em duas partes distintas, mas complementares na construção da imagem presidencial de autoridade. Partindo do conceito de “*alvo de obrigação*” proposto por Campos (1997), analisámos, num primeiro momento, as ocorrências em que o papel de alvo de obrigação é assumido pelo Presidente da República e, numa segunda parte, examinámos as ocorrências em que este papel é atribuído ao povo português. Tal organização permitir-nos-á verificar como as categorias linguísticas que ocorrem na construção dos valores deônticos são distintas nos dois casos e participam na elaboração de imagens presidenciais diversas.

³ Daí a relação estreita com a teoria dos atos de linguagem e, em particular, com o valor ilocutório do ato.

⁴ Neste trabalho, excluímos os discursos de Óscar Carmona, de 1926 e de 1935 na medida em que o processo de recolha dos discursos presidenciais de tomada de posse ainda se encontra em curso e estes discursos estão recolhidos apenas de forma parcial.



4. Deveres do Presidente da República: construção da imagem de Presidente do Estado

Novo

O estatuto e as funções institucionais do Presidente da República são essenciais para legitimar a construção de certos *ethe* presidenciais, como, por exemplo, a imagem do Presidente enquanto representante da nação ou a imagem do Presidente enquanto figura de autoridade. Contribuem, também, fundamentalmente para a construção discursiva da imagem de Presidente da República, ou, por outras palavras, a imagem daquilo que significa ser Presidente da República – dos deveres e das competências que o cargo confere – na perspectiva dos Presidentes que a constroem nos seus discursos de tomada de posse e inevitavelmente no contexto sociopolítico particular de cada discurso. Como tal e neste *corpus*, os deveres e as competências que os Presidentes se autoatribuem nos seus discursos de tomada de posse concorrem para a construção de uma imagem idealizada do Presidente da República do Estado Novo.

O cargo da presidência da República ou de Chefe de Estado, como era denominado no Estado Novo, à semelhança de qualquer ocupação, implica um conjunto de funções e obrigações que lhe são inerentes. Deste modo, é o próprio cargo que exerce o papel de fonte de obrigação e a pessoa que assume estas funções vê-se necessariamente com as responsabilidades que o cargo acarreta.

(1) *A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo*⁵ e animado do firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve. [Américo Tomás, 1958]

(2) *E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar.* [Américo Tomás, 1965]

⁵ Os itálicos nos exemplos são da nossa responsabilidade.



Contribuindo para a construção destes deveres pré-estabelecidos, os verbos “caber” e “competir” explicitam, na sua estrutura argumental, o alvo de obrigação (“*quem administra*” e o “*Chefe de Estado*”), na posição subordinada de “objeto indireto”, e as competências ou funções em causa – o objeto de obrigação (“*estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo*” e “*estar preparado para as emergências que possam surgir*”).

Aqui são, sobretudo, os deveres de vigilância e de zelo que se evidenciam, que se ligam à construção de uma imagem presidencial de supervisor. E, com efeito, esta imagem prende-se com valores de autoridade. Embora se caracterizem mais pela monitorização do que pela ação, as funções de supervisão implicam um certo grau de autoridade, ao qual se associam responsabilidades, como o ato explicativo em (2) explicita (“*pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar*”).

O estatuto e as funções institucionais do Presidente são legitimadas pela Constituição, que define e oficializa as competências e as responsabilidades próprias da presidência. Destas responsabilidades presidenciais, é salientada, nos discursos de tomada de posse, a obrigação de defender a independência e integridade da pátria, que, não só vem explicita no texto constitucional, como figura no juramento que o Presidente profere na cerimónia de investidura e através do qual toma posse⁶.

(3) *Patrioticamente coagido a continuar o exercício da presidência da república*, quero somente dizer que, tendo aprendido a servir a Nação no decorrer de uma vida inteira, da melhor vontade lhe ofereço as energias que me restam e todo o esforço de que for capaz para a sustentação inquebrantável dos seus direitos, para a defesa do seu maior prestígio, da sua integridade e independência. [Óscar Carmona, 1942]

(4) Nós o vimos bem claramente através de uma reação vivíssima quando receou pudessem ser atingidos alguns daqueles princípios fecundos a que tem obedecido a sua vida, o seu orgulho

⁶ Na Constituição de 1933, a fórmula de compromisso institucional surge nos seguintes termos: “Juro manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República, observar as leis, promover o bem geral da nação, sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa.”



de nação livre, *a independência e integridade da pátria, cuja defesa de modo tão explícito a constituição me impõe como Chefe de Estado.* [Óscar Carmona, 1949]

(5) Além de tudo o mais que abnegadamente lhe tenho dado, *tem a Nação todo o direito a exigir de mim o integral cumprimento da obrigação contraída no juramento* que prestei no início desta solene sessão e com o qual fiquei empossado, pela terceira e última vez e sem soluções de continuidade, nas funções de Presidente da República. [Américo Tomás, 1972]

A esta dimensão constitucional alia-se, assim, uma dimensão de patriotismo, tão característica do ideário do Estado Novo, que os *slogans* mais célebres “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” e “Deus, Pátria e Família” sintetizam perfeitamente. E, de facto, a fonte de obrigação é identificada com um sentimento patriótico (“*patrioticamente coagido*”), com a Nação (“*tem a Nação todo o direito a exigir*”) e com a Constituição (“*a constituição me impõe*”), o que viabiliza o recurso a verbos com uma carga deôntica forte, como “coagir”, “impor” e “exigir”, sem evocar, no entanto, uma voz autoritária ou agressiva para o povo português. Tal só é possível dado o posicionamento do Presidente da República enquanto alvo de obrigação, cujas marcas textuais de 1ª pessoa do singular (“*me*” e “*de mim*”) claramente explicitam. É, pois, uma estratégia de intensificação que contribui para evidenciar a importância e a subordinação a que esta fonte de obrigação construída no discurso obriga e, simultaneamente, concorre para a construção de uma imagem presidencial de devoção patriótica. Esta imagem emerge sobretudo da coexistência de um “eu presidencial”, cujo próprio género discursivo legitima, e de um “eu homem” que constitui a verdadeira fonte “*energias que me restam*” de “*todo o esforço de que me for capaz*” e de “*tudo o mais que abnegadamente lhe tenho dado*”.

Além desta imagem de devoção patriótica, mas construída de forma complementar, é igualmente elaborada uma imagem de Presidente enquanto defensor da Pátria. E, se, por um lado, mobiliza a mesma dimensão de patriotismo, evoca também a imagem pré-discursiva de militar, que todos os presidentes do Estado Novo têm em comum. Com efeito, todos os Presidentes do Estado Novo compartilham, não só de um passado militar, mas também de uma posto oficial de alta patente, designadamente, general. Deste modo, é construída uma imagem de autoridade,



legitimidade pelo passado militar de chefia, do Presidente enquanto defensor da integridade e da independência da Pátria.

Alvo de Obrigação	Fonte de obrigação	Objeto de obrigação	Categorias Linguísticas	Imagens presidenciais
Presidente da República (marcas textuais de 1ª pessoa do singular)	Cargo da Presidência	Vigilância e Zelo	Verbos plenos com moderada carga deôntica	Imagem de supervisor
	Nação, Sentimento patriótico e Constituição	Defesa da integridade e independência da pátria	Verbos plenos com forte carga deôntica	Imagem de devoção patriótica Imagem de heroísmo patriótico Imagem de defensor da Pátria

Tabela 2: Sumário da Análise 1

A construção destas imagens evidencia a dimensão argumentativa que a retórica aristotélica atribuía ao conceito de *ethos*. Embora o povo português se encontre fora desta relação de deveres que só ao Presidente da República diz respeito, não deixa de ter um estatuto participativo, que, aparentemente, se poderia denominar de lateral, mas que, na verdade, constitui o principal destinatário do discurso. Como observa Kerbrat-Orecchioni (2001:57), estamos perante um “*trope communicationnel*”, pois, é, exclusivamente, para os portugueses, que estas imagens de autoridade são construídas.

Além disso, esta reafirmação de autoridade institucional ligada à forte inculcação ideológica levada a cabo no Estado Novo, adiciona, à construção de um *ethos* de autoridade, uma dimensão modelar, isto é, constrói-se também aqui um modelo a seguir. Com efeito, a imagem de devoção patriótica que os Presidentes constroem de si constitui mais um exemplo a seguir do que uma manifestação de patriotismo e tal não é sem razão, pois a mobilização do país, em períodos de



dificuldades, é, decerto, mais fácil quando este, como veremos em seguida com mais detalhe, se encontra unido por um sentimento patriótico. Aliás, a correlação de uma imagem de devoção patriótica e a de uma imagem de defensor da Pátria contribui para a construção de uma imagem de heroísmo patriótico, que conjuga a dimensão modelar, no que diz respeito à admiração que a figura do herói inspira, e a dimensão de autoridade, que precisamente a admiração pelo herói legitima.

5. Deveres do Povo Português: construção da imagem de patriarca

O exercício de autoridade institucional no Estado Novo prescinde, como refere Torgal e Homem (1982:1439), do “autoritarismo feroz”, característico dos regimes ditatoriais contemporâneos e assume-se como “defensor de uma autoridade firme, mas paternal” que, segundo os investigadores, se encontrava já enraizada no pensamento político português e que perspectivava o povo português como “um povo viril, mas de «brandos costumes», dócil e de pronta obediência”. É, portanto, uma atitude sobretudo paternalista (mais do que paternal) e que, como tal, evoca necessariamente o tipo de relação hierárquica que se verifica entre pai e filho. Constrói-se, pois, uma imagem presidencial de autoridade patriarcal que implica forçosamente a construção de uma imagem infantilizada do povo português.

O que faz da doutrina Estado Novo essencialmente totalitária (embora não teoricamente) era o facto de operar, como conclui Mário de Figueiredo (*apud* Braga da Cruz, 1982:777), numa dimensão profunda que “abrange mesmo o moral e a conceção de vida” e que impunha como objetivo primordial a “conquista da unidade” que só seria possível se se procedesse “de dentro das almas”. E, com efeito, o apelo à união nacional apresenta-se como uma das estratégias mais proeminentes da construção de uma modalidade deôntica dirigida ao povo português nos discursos de tomada de posse do Estado Novo. É, então, na qualidade de *pater familias*, que o Presidente se dirige e exerce a sua autoridade sobre o povo português.

- (6) Essas claras indicações da consciência nacional são diretrizes a que tem de obedecer a ação do Estado, nos confusos tempos que vivemos. Para que triunfem não basta porém que as sigamos; *é necessário que a comunidade nacional de encontre espiritualmente unida na sua*



defesa. É para essa união dos portugueses que apelo, é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais, como indispensável à realização dos seus destinos. [Óscar Carmona, 1949]

(7) Além de que, numa sociedade bem constituída, *é necessário que as pessoas que a compõem tenham espírito de entreatajuda*, para que os beneficiados pela sorte se não esqueçam dos atingidos pela desdita. [Américo Tomás, 1972]

Esta “conquista de unidade” opera-se ao nível dos espíritos (“*espiritualmente unida*”) e da moralidade (“*espírito de entreatajuda*”) e necessariamente na dimensão política. A instabilidade política que caracterizou a 1ª República Portuguesa (1911-1926) e que viu presidir 8 Presidentes da República e quase 40 governos serve aqui como argumento *ad terrorem* (“*e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou*”) que fundamenta a necessidade imprescindível de unidade nacional, numa dupla função de repressão de políticas concorrentes à do regime e de promoção ideológica de uma união nacional.

(8) Para o vencermos *há, porém, que trabalhar muito mais e, mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços* num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa, e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. [Américo Tomás, 1972]

As construções genéricas (“*é necessário que*” e “*há que*”), sendo estruturas de apagamento enunciativo, contribuem para a perspetivação da situação como fazendo parte, nas palavras de Marques (2000:215), “da ordem natural das coisas” e, como tal, “incontestável”. Uma vez que apagam as marcas textuais do locutor, o papel do Presidente da República enquanto fonte de obrigação é mascarado e é atribuído a entidades abstratas e que não se encontram visivelmente explícitas no discurso, como imposições externas, as condições atuais ou a necessidade em geral, que promovem, contudo, um objetivo claramente definido – um futuro coletivo melhor para os portugueses (“*indispensável à realização dos seus destinos*”, “*numa sociedade bem constituída*” e “*num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa*”). Tal assimilação do locutor a



vozes genéricas e coletivas reforça, como refere a investigadora (*idem*:203), “a sua legitimidade, a sua autoridade e dá força à dimensão persuasiva do discurso”, o que contribui largamente para a construção de um *ethos* de credibilidade, que Charaudeau (2007: 247) aponta como essencial ao exercício do poder político.

Serão, contudo, como defende Rosas (2001:1050-1), as mudanças sociais e económicas (“a industrialização, a urbanização e a terciarização”), iniciadas no período da segunda Guerra Mundial e do pós-guerra, que colocarão em causa aquilo que o investigador apelida de o projeto totalizante do Estado Novo, que passava, sobretudo, pela inculcação ideológica. Com efeito e de acordo com Rosas (*ibidem*), “as prioridades da acumulação e do mercado, silenciosamente, iam substituindo as do «espírito»”, contudo, como observa o investigador, embora haja uma adaptação velada às novas exigências sociais e económicas, o “discurso nacionalista conservador” mantêm-se como “propaganda e ideologia oficial do regime”.

E, de facto, existe, nos discursos de tomada de posse presidenciais, um apelo ao comedimento, por oposição a uma ambição que, nas palavras de Américo Tomás, no seu discurso de investidura de 1965, “é a principal causa da guerra” e a uma “permanente e sôfrega procura de gozos e bens materiais” e um apelo à prudência relativamente a ideias e pensamentos inovadores, passíveis de colocar em causa a subsistência do regime. Aqui evidencia-se a dimensão paternalista desta imagem patriarcal.

(9) A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; *é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameaçam.*
[Craveiro Lopes, 1951]

(10) Fala-se hoje muito de um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo em gestação nos nossos dias mas a evolução do ser humano é de si extraordinariamente lenta, e daí os muitos atritos, mais ou menos duros entre o homem e o meio em que é obrigado a viver. *Sejamos por isso modestos*, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, *mas trabalhemos antes por melhorá-lo* em cada momento no que de nós dependa e o



progresso da técnica, em certas épocas como a nossa mais aceleradamente permita. [Américo Tomás, 1965]

- (11) E ao examinarmos com toda a minúcia e conscienciosamente as soluções adotadas nos países mais avançados, para os problemas que tenhamos a resolver, *não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós, só porque estão na moda.* [Américo Tomás, 1972]

A construção da imagem de autoridade patriarcal passa também pela negociação da relação interpessoal entre o Presidente da República e o povo português, para a qual o uso da 1ª pessoa do plural (“*sejamos*”, “*trabalhemos*”, “*devemos*”) contribui largamente, uma vez que, ao integrar o locutor da dimensão grupal da coletividade portuguesa, e, conseqüentemente, no universo dos deveres e das obrigações dos portugueses, estabelece uma relação de solidariedade com o povo, do Presidente como um dos portugueses. De facto, a inscrição do “eu presidencial” no “nós” da coletividade serve, por um lado, para atenuar uma voz presidencial autoritária e, por outro, constitui, como afirma Marques (2014:303), uma “estratégia de aproximação”.

Alvo de Obrigação	Fonte de obrigação	Objeto de obrigação	Categorias Linguísticas	Imagens presidenciais
Povo português (marcas textuais de 1ª pessoa do plural)	Circunstâncias atuais	União	Construção unipessoais	
	Imposições externas	Prudência e comedimento	1ª pessoa do plural	Imagem de patriarca
	Necessidade em geral			

Tabela 3: Sumário da Análise 2

Além disso, a construção da modalidade deôntica aqui afasta-se dos valores da ordem ou até mesmo do apelo e configura-se na dimensão do conselho, mas, sobretudo, da advertência. São, de facto, considerações fundadas na prudência que contrapõem aspirações e ambições coletivas



(“*bem-estar das populações*”, “*um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo*” e “*ideias utópicas*”) com as suas repercussões contraproducentes, quer pela reorganização de prioridades (“*é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem*”), quer pela observação da inadequação destas pretensões à realidade portuguesa (“*não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós*”). É, pois, a construção de uma imagem de autoridade patriarcal que legitima e possibilita esta voz presidencial admoestante, mas não autoritária ou agressiva.

6. Conclusões

A construção da imagem de autoridade presidencial é, como vimos, um processo complexo para o qual concorrem diferentes categorias linguísticas e são construídos diferentes objetos discursivos, que especificam e desdobram esta imagem em várias outras, reveladoras de facetas distintas do Presidente da República e de variados fins argumentativos. Duas dimensões fundamentais da construção da modalidade deôntica nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo foram analisadas – os deveres do Presidente da República e os deveres do povo português.

Concluimos que os deveres presidenciais se prendem essencialmente com os encargos de vigilância e zelo e de defesa da Pátria, o que, aliado a estratégias de intensificação da carga deôntica e à identificação, elaborada discursivamente, da Pátria e do cargo da presidência enquanto fontes de obrigação, contribui para a construção de uma imagem de supervisor e uma imagem de devoção patriótica e de defensor da Pátria, respetivamente. Tais imagens, institucionalmente legitimadas, constituem a idealização do que é um Presidente da República no período do Estado Novo.

Verificámos ainda que a união nacional e uma postura de prudência e de comedimento, sob orientação presidencial, são os principais deveres atribuídos ao povo português, nos discursos de tomada de posse do Estado Novo. Aqui predominam estratégias de atenuação da voz autoritária, como construções genéricas, que auxiliam o apagamento da fonte de obrigação, e o uso da 1ª pessoa do plural, que ajuda a estabelecer uma relação de solidariedade entre o Presidente e o povo português, mas que não impedem uma assertividade forte do Presidente que, na correlação



destas diferentes dimensões da modalidade deôntica, assume e constrói de si uma imagem patriarcal.

A construção de imagens é, como sabemos, necessariamente modelada pelo contexto histórico-social dos discursos. Nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, observou-se que a construção da modalidade deôntica e das imagens presidenciais decorrentes participa no processo de inculcação ideológica que historiadores e politólogos afirmam ter sido posto em prática no período da ditadura portuguesa, na medida em que aconselha e promove o ideário salazarista como a união nacional e a devoção patriótica e constitui ainda uma estratégia de repressão política e intelectual, presente, sobretudo, nas advertências do Presidente em relação a ideias inovadoras e às ambições pessoais e coletivas por uma vida melhor (ambas, possivelmente, ameaçadoras do regime).

Esta análise reflete apenas sobre um dos variados mecanismos linguístico-discursivos que ocorrem no processo complexo de construção das imagens presidenciais. Como tal, este trabalho beneficiará com a realização de análise complementares, como, por exemplo, numa perspetiva diacrónica, a análise comparativa da expressão da modalidade, mas também da construção das diferentes imagens de autoridade presidencial, nos três períodos políticos que marcam os cem anos da República portuguesa ou, ainda, explorando as finalidades argumentativas dos discursos, que, no Estado Novo, possuem, como vimos, um carater marcadamente ideológico, a articulação da modalidade deôntica com macroatos discursivos.



Referências

- Amossy, Ruth (1999) *Images de soi dans le discours – La construction de l’ethos*. Paris: Delachaud et Niestlé. Amossy, Ruth (2010) *La présentation de soi – Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Braga da Cruz, Manuel (1982) Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3. °-4.°-5.°, pp. 773-794
- Braga da Cruz, Manuel (1988) *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Campos, Maria Henriqueta (1997) *Tempo, aspecto e modalidade: estudos de linguística portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Carreira, Maria Helena Araújo (2004) Modalités et verbe en portugais. *Revue belge de philologie et d’histoire* 82 (3), pp. 691-702.
- Charaudeau, Patrick (2005) *Le Discours Politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- Charaudeau, Patrick (2007) Pathos e discurso político, in Ida Lúcia Machado, William Menezes, Emília Mendes (org.), *As Emoções no Discurso*, Volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 240-251. Consultado a 20 junho de 2015 no site <http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-e-discurso-politico.html>.
- Houessou, Dorgelès (2013) *Notes sur la genericité du discours d’investiture*. Laboratoire des Théories et Modèles Linguistiques, n°9.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (2001) *Les actes de langage dans le discours – Théorie et fonctionnement*. Paris: Armand Colin.
- Lopes, Ana C. Macário & Rio-Torto, Graça. 2007. *Semântica*. Lisboa: Caminho.
- Lyons, John (1980) [1978] *Sémantique linguistique*. Paris : Larousse.
- Maingueneau, Dominique (1999) Ethos, scénographie, incorporation. In Ruth Amossy (ed.) *Images de soi dans le discours – La construction de l’ethos*. Paris : Lausanne, Delachaux et Niestlé, pp.75-101.
- Marques, Maria Aldina (2000) *Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate da interpelação ao governo*. Universidade do Minho: Centro de Estudos Humanísticos.



Marques, Maria Aldina (2014) *Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril*. Forma Breve, pp.297-311.

Neves, Maria Helena Moura (1997) A modalidade. In Koch, I.G.V. (org.) *Gramática do Português Falado IV Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp.

Oliveira, Fátima e Amália Mendes (2013) Modalidade. In Eduardo B. P. Raposo, M. Fernanda Bacelar do

Nascimento, M. Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura, Amália Mendes (orgs) *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 623-669.

Rosas, Fernando (2001) O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp.1031-1054.

Rosas, Fernando (2013) *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.

Torgal, Luís Reis, Homem, A. C. (1982). Ideologia salazarista e «cultura popular» - análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 1437-1464.

